



Concurso Público do Município de Foz do Iguaçu - PR

Procurador do Município Júnior - Foz do Iguaçu

[← voltar](#)

Direito Administrativo

Questão 1

Durante a elaboração de um parecer jurídico para a contratação emergencial de empresa responsável pela manutenção de equipamentos hospitalares, o Analista Jurídico do Município destacou que a atuação administrativa deve observar princípios que orientam toda a atividade estatal. Considerando os princípios constitucionais e infraconstitucionais do Direito Administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A eficiência impõe à Administração Pública o dever de buscar os melhores resultados possíveis na prestação dos serviços públicos.

B) O princípio da publicidade autoriza que todos os atos administrativos sejam mantidos sob sigilo quando houver interesse da Administração Pública.

GABARITO PRELIMINAR

- C) O princípio da moralidade exige que a atuação administrativa seja compatível não apenas com a lei, mas também com padrões éticos de boa administração.
- D) O princípio da supremacia do interesse público fundamenta determinadas prerrogativas conferidas à Administração Pública em relação aos particulares.
- E) O princípio da autotutela permite à Administração Pública rever seus próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inconvenientes ou inoportunos.

Questão 2

Em determinado município, o Prefeito editou decreto regulamentando procedimentos internos para a tramitação de processos administrativos. Um servidor questionou se tal ato poderia inovar na ordem jurídica, criando obrigações não previstas em lei. Diante dessa situação, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O princípio da juridicidade exige que a atuação administrativa observe não apenas a lei, mas todo o ordenamento jurídico.
- B) Os decretos regulamentares possuem a finalidade de viabilizar a fiel execução das leis.

C) O poder regulamentar autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar obrigações e direitos não previstos em lei.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O princípio da legalidade impõe à Administração Pública a observância da lei e do ordenamento jurídico.
- E) A Administração Pública está sujeita ao controle de legalidade de seus atos.

Questão 3

O Município de Foz do Iguaçu - PR desapropriou determinada área para a construção de um centro esportivo municipal. Após estudos técnicos realizados anos depois, constatou-se a inviabilidade da implantação do projeto originalmente previsto no decreto expropriatório. Diante dessa situação, a Administração Pública passou a analisar as providências cabíveis quanto à destinação do imóvel desapropriado. Considerando o disposto no Decreto-Lei nº 3.365/1941, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação originalmente prevista, o expropriante deverá adotar medidas previstas em lei para a destinação do bem.
- B) Na hipótese de alienação do imóvel, deverá ser assegurado direito de preferência à pessoa física ou jurídica desapropriada.
- C) Caso não seja possível a destinação do imóvel para outra finalidade pública, poderá o bem ser alienado na forma prevista em lei.
- D) A primeira providência a ser considerada pelo expropriante consiste na destinação da área não utilizada para outra finalidade pública.

- E)** Verificada a inviabilidade da finalidade originalmente prevista, o imóvel deverá ser obrigatoriamente restituído ao antigo proprietário, independentemente de interesse público superveniente ou da possibilidade de alienação.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 4**

Durante procedimento administrativo instaurado pelo Município de Foz do Iguaçu - PR para apurar eventual irregularidade na execução de contrato administrativo, surgiu discussão acerca da classificação dos agentes públicos que atuam na Administração Pública. Considerando a doutrina e a legislação aplicáveis aos agentes públicos, assinale a alternativa CORRETA.



- A)** Os agentes políticos exercem funções governamentais, constitucionais e de direção superior do Estado, possuindo atribuições definidas, em regra, pela Constituição.

GABARITO PRELIMINAR

- B) Os empregados públicos ocupam cargos públicos e estão submetidos ao regime estatutário.
- C) Os agentes públicos restringem-se aos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, excluindo-se os agentes políticos e os particulares em colaboração com o Poder Público.
- D) Os particulares em colaboração com o Poder Público somente podem atuar mediante vínculo empregatício formal com a Administração Pública.
- E) Os servidores temporários são investidos em cargos efetivos após aprovação em concurso público simplificado.

Questão 5

O Município de Foz do Iguaçu - PR pretende ampliar a prestação de serviços públicos na área de mobilidade urbana. Durante reunião técnica, foi discutida a possibilidade de criação de uma entidade integrante da Administração Pública Indireta, dotada de personalidade jurídica própria e patrimônio próprio, para desempenhar atividades específicas de interesse coletivo. Considerando a organização da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa CORRETA.

- A) As autarquias integram a Administração Pública Direta por desempenharem atividades típicas do Estado.
- B) As secretarias municipais integram a Administração Pública Indireta, pois exercem atribuições especializadas.
- C) A Administração Pública Indireta é formada por entidades dotadas de personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas por lei para o desempenho descentralizado de atividades administrativas.

GABARITO PRELIMINAR

- D) Os órgãos da Administração Direta possuem personalidade jurídica própria e patrimônio independente do ente federativo ao qual pertencem.
- E) A Administração Pública Direta é composta exclusivamente por autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Questão 6

Durante procedimento de revisão dos atos praticados por determinada secretaria do Município de Foz do Iguaçu - PR, a Procuradoria-Geral do Município analisou diversos aspectos relacionados aos elementos, atributos e formas de extinção dos atos administrativos. Considerando a teoria dos atos administrativos, analise as assertivas a seguir.

I. A competência é elemento vinculado do ato administrativo e decorre de previsão legal, sendo, em regra, irrenunciável e de exercício obrigatório pelos agentes públicos.

II. A revogação incide sobre ato administrativo válido e eficaz, em razão de critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública.



III. A presunção de legitimidade dos atos administrativos possui caráter absoluto, impedindo sua contestação pelos administrados perante o Poder Judiciário.

IV. O desvio de finalidade ocorre quando o agente público pratica ato visando finalidade diversa daquela prevista, explícita ou implicitamente, na norma de competência.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I e III, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

E) I, II, III e IV.

Questão 7

O Município de Foz do Iguaçu - PR instaurou procedimento administrativo para apurar supostos atos praticados por agentes públicos e particulares que mantinham relação contratual com a Administração Pública. Durante a análise do caso, a comissão processante destacou que a avaliação jurídica deve ocorrer exclusivamente com base nas disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, desconsiderando entendimentos doutrinários ou jurisprudenciais não incorporados ao texto legal. Nesse contexto, analise as assertivas a seguir.

I. Constitui ato de improbidade administrativa a ação ou omissão dolosa tipificada nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992.

II. A configuração dos atos de improbidade administrativa exige a demonstração de dolo, não sendo admitida a modalidade culposa.

III. A mera nomeação ou indicação política por parte de detentores de mandatos eletivos, quando não evidenciada a prática de ato ilícito, não configura improbidade administrativa.

IV. Considera-se ato de improbidade administrativa qualquer conduta que viole princípios da Administração Pública, ainda que não esteja expressamente prevista na Lei nº 8.429/1992.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II e IV, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) I e II, apenas.

D)
I, II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- E) I, II, III e IV.

Questão 8

Um cidadão protocolou pedido de acesso a informações junto ao Município de Foz do Iguaçu - PR, requerendo cópias de contratos administrativos, relatórios de execução orçamentária e documentos relativos à gestão de recursos públicos. Durante a análise do pedido, os servidores responsáveis discutiram as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Considerando exclusivamente o disposto na Lei nº 12.527/2011, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ A publicidade é o preceito geral, enquanto o sigilo constitui exceção.

☐ Os órgãos e entidades públicas devem promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

☐ O acesso à informação compreende, entre outros direitos, a obtenção de orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.

☐ O pedido de acesso à informação deve conter obrigatoriamente a justificativa dos motivos determinantes da solicitação, sob pena de indeferimento.

☐ As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos contados da data de sua produção, sendo acessíveis apenas aos agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem.

A)
V, V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

- B) F, V, V, F, V.

- C) V, F, V, F, V.

D) F, V, F, F, V.

E) V, V, F, V, F.

Questão 9

O Município de Foz do Iguaçu - PR pretende realizar a contratação de empresa especializada para a execução de obras de infraestrutura urbana. Durante a fase preparatória do procedimento, a equipe responsável analisou diversos aspectos relacionados às licitações e aos contratos administrativos previstos na Lei nº 14.133/2021. Considerando exclusivamente as disposições da Lei nº 14.133/2021, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ A licitação destina-se, entre outras finalidades, a assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

☐ O princípio da segregação de funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a ocorrência de fraudes e erros.

☐ O contrato administrativo poderá estabelecer prazo de vigência indeterminado sempre que houver interesse da Administração Pública.

☐ O edital é obrigatório e constitui instrumento convocatório da licitação.

☐ O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

A) V, V, F, V, V.

GABARITO PRELIM



B) V, V, F, F, V.

C) F, V, V, F, V.

D) V, F, V, V, F.

E) F, F, V, V, F.

Questão 10

Durante capacitação promovida pela Procuradoria-Geral do Município de Foz do Iguaçu - PR, os servidores participaram de estudo sobre as fontes do Direito Administrativo, destacando a importância de compreender os mecanismos pelos quais as normas e orientações administrativas são produzidas, interpretadas e aplicadas. Considerando as fontes do Direito Administrativo, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ A lei é considerada fonte primária do Direito Administrativo, em razão do princípio da legalidade que rege a atuação da Administração Pública.

☐ A jurisprudência pode ser considerada fonte do Direito Administrativo, contribuindo para a interpretação e uniformização da aplicação das normas administrativas.

☐ Os costumes administrativos podem ser reconhecidos como fonte do Direito Administrativo, desde que não contrariem o ordenamento jurídico vigente.

☐ A doutrina constitui fonte formal primária do Direito Administrativo, possuindo força normativa equivalente à lei.

() Os princípios administrativos exercem relevante função interpretativa e integrativa no âmbito do Direito Administrativo.

A) V, V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

B) F, V, V, F, V.

C) F, F, V, V, F.

D) V, V, F, V, F.

E) V, F, V, F, V.

Direito Constitucional Questão 11

Durante a elaboração de parecer jurídico solicitado pelo Município de Foz do Iguaçu-PR, discutiu-se a compatibilidade de determinado projeto de cooperação internacional com os princípios fundamentais previstos na Constituição Federal. No curso da análise, observou-se que os princípios fundamentais não apenas estruturam a organização do Estado brasileiro, mas também funcionam como vetores interpretativos para todo o ordenamento jurídico. Considerando exclusivamente os arts. 1º a 4º da Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. Os fundamentos da República Federativa do Brasil constituem núcleo axiológico da Constituição, servindo como parâmetro para interpretação das demais normas constitucionais.

II. Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil possuem caráter meramente programático, não produzindo qualquer efeito jurídico imediato sobre a atuação estatal.



III. A prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz constituem princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

IV. A cidadania e a dignidade da pessoa humana figuram entre os fundamentos da República Federativa do Brasil.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I, II, III e IV.

B) I, II e IV, apenas.

C) I e II, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 12

Durante a análise de uma representação formulada por cidadãos perante a Procuradoria do Município de Foz do Iguaçu - PR, surgiu debate acerca da extensão e dos limites dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. Considerando exclusivamente o disposto no art. 5º da Constituição Federal e a interpretação constitucional consolidada, analise as assertivas a seguir.

I. Os direitos e garantias fundamentais possuem aplicação imediata, nos termos da Constituição Federal.

II. O direito de propriedade possui caráter absoluto, não admitindo restrições decorrentes do interesse público.

III. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

IV. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) II e III, apenas.

B)
I, III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

C) I, II, III e IV.

D) I, II e IV, apenas.

E) I e II, apenas.

Questão 13

Durante a análise de um projeto de lei municipal pelo Procurador do Município de Foz do Iguaçu - PR, surgiu discussão acerca dos mecanismos de controle de constitucionalidade previstos no ordenamento jurídico brasileiro. Considerando as disposições da Constituição Federal e a sistemática do controle de constitucionalidade adotada no Brasil, analise as assertivas a seguir.

I. O controle difuso de constitucionalidade pode ser exercido por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos.

II. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) integra o controle concentrado de constitucionalidade.

III. O controle preventivo de constitucionalidade é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário.

IV. A cláusula de reserva de plenário exige que a declaração de inconstitucionalidade por tribunal seja realizada pela maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.

Está CORRETO o que se afirma em:

A)
I, II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) II e IV, apenas.

C) I, II, III e IV.

D) I, II e III, apenas.

E) I e III, apenas.

Questão 14

O Município de Foz do Iguaçu - PR pretende implementar políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico local, fomentando a livre iniciativa e a geração de empregos, sem desconsiderar os princípios constitucionais que regem a atividade econômica. Durante reunião entre a Procuradoria Municipal e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, discutiu-se a interpretação dos dispositivos



constitucionais relativos à Ordem Econômica e Financeira. Considerando o disposto nos arts. 170 a 181 da Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. A ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa.

II. A propriedade privada e sua função social constituem princípios da ordem econômica.

III. O tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País integra os princípios da ordem econômica.

IV. A livre concorrência é princípio da ordem econômica, sendo vedada qualquer forma de intervenção estatal na atividade econômica.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR



Questão 15

Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná em contrato administrativo celebrado pelo Município de Foz do Iguaçu - PR, surgiram discussões acerca das competências constitucionais atribuídas aos Tribunais de Contas. Considerando o disposto nos arts. 70 a 75 da Constituição Federal e as normas constitucionais aplicáveis aos Tribunais de Contas dos Estados, analise as assertivas a seguir.

- I. O Tribunal de Contas auxilia o Poder Legislativo no exercício do controle externo da Administração Pública.**
- II. Compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, ressalvadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.**
- III. O Tribunal de Contas possui competência para julgar os Chefes do Poder Executivo pela prática de crime de responsabilidade.**
- IV. Compete ao Tribunal de Contas realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.**

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, III e IV, apenas.

- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.

E)
I, II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 16

O Município de Foz do Iguaçu - PR promoveu capacitação destinada aos novos Procuradores Municipais acerca dos direitos sociais previstos na Constituição Federal. Durante os debates, foi ressaltado que a Seguridade Social constitui um sistema integrado de ações voltadas à proteção social dos cidadãos. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 194 a 204 da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A saúde pública é organizada mediante regime contributivo obrigatório para todos os usuários do Sistema Único de Saúde.
- B) A Seguridade Social compreende exclusivamente as áreas da saúde e da previdência social.

C)
A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

GABARITO PRELIMINAR

- D) A assistência social destina-se exclusivamente aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.
- E) A previdência social possui caráter universal, sendo garantida, independentemente de contribuição beneficiário.



Questão 17

Durante reunião realizada na Procuradoria-Geral do Município de Foz do Iguaçu - PR, discutiu-se o papel das instituições que integram as Funções Essenciais à Justiça, especialmente diante da necessidade de defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e da representação judicial dos entes públicos. Considerando o disposto nos arts. 127 a 135 da Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

II. A Advocacia Pública exerce a representação judicial e a consultoria jurídica dos entes federativos, na forma da Constituição e da lei.

III. A Defensoria Pública é instituição permanente incumbida da orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa dos necessitados, em todos os graus.

IV. A advocacia privada é considerada atividade indispensável à administração da justiça, sendo o advogado inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II e IV, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.

D)
I, II, III e IV.

GABARITO PRELIMINAR

E) I e II, apenas.

Questão 18

O Município de Foz do Iguaçu - PR estuda a criação de incentivos para atração de investimentos privados e a ampliação da atividade econômica local. Durante reunião técnica, a Procuradoria Municipal analisou os limites constitucionais da atuação estatal no domínio econômico, destacando que a Constituição Federal adota a livre iniciativa como fundamento da ordem econômica, sem afastar a possibilidade de intervenção estatal em situações específicas. Considerando o disposto nos arts. 170 a 174 da Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. A exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei



II. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento.

III. O planejamento estatal é determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

IV. A Constituição Federal veda qualquer forma de intervenção estatal no domínio econômico em razão do princípio da livre iniciativa.

Está CORRETO o que se afirma em:

A)
I, II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- B) II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I e IV, apenas.

Questão 19

Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município de Foz do Iguaçu - PR, a equipe técnica da Secretaria de Finanças analisou diversos aspectos constitucionais relacionados ao sistema tributário nacional e ao processo orçamentário. Em reunião com a Procuradoria Municipal, destacou-se a necessidade de observância dos princípios constitucionais da tributação e das regras que

disciplinam o orçamento público. Considerando o disposto na Constituição Federal acerca da tributação e do orçamento, analise as assertivas a seguir.

I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

II. A Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

IV. A instituição de tributo mediante medida provisória é sempre vedada pela Constituição Federal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.



GABARITO PRELIMINAR

- D) I e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

Questão 20

Durante a análise de proposta de emenda à Constituição que buscava alterar a forma federativa de Estado, a Procuradoria do Município de Foz do Iguaçu - PR promoveu estudo acerca do Poder Constituinte e de suas limitações. No debate, destacou-se a distinção entre o Poder Constituinte Originário e o Poder Constituinte Derivado, bem como suas características e restrições. Considerando a teoria constitucional e o disposto na Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. O Poder Constituinte Originário caracteriza-se por ser inicial, autônomo e juridicamente ilimitado.

II. O Poder Constituinte Derivado Reformador submete-se às limitações formais, circunstanciais e materiais previstas na Constituição Federal.

III. As cláusulas pétreas constituem limitações materiais ao exercício do Poder Constituinte Derivado Reformador.

IV. O Poder Constituinte Originário encontra-se subordinado às normas estabelecidas pela Constituição anterior.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I e IV, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) II e III, apenas.

D)
I, II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- E) I, III e IV, apenas.

Direito Processual Civil
Questão 21

Durante a tramitação de ação de obrigação de fazer proposta em face do Município de Foz do Iguaçu - PR, o magistrado determinou que as partes fossem intimadas para se manifestarem sobre fundamento jurídico que poderia influenciar o julgamento da causa, embora não tivesse sido previamente suscitado por nenhuma delas. Em audiência, discutiu-se a incidência dos princípios gerais do processo civil previstos no Código de Processo Civil de 2015. Considerando os princípios fundamentais do processo civil, analise as assertivas a seguir.



I. O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil.

II. Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

III. O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, desde que entenda tratar-se de matéria de ordem pública.

IV. As partes têm direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

Está CORRETO o que se afirma em:

A)
I, II e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- B) II e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) I e III, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.

Questão 22

Durante uma capacitação promovida pela Procuradoria-Geral do Município de Foz do Iguaçu sobre as normas fundamentais do processo civil, discutiu-se o acesso à justiça e os mecanismos adequados de solução de conflitos previstos no Código de Processo Civil. Considerando exclusivamente o disposto no art. 3º do CPC, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ A lei processual civil assegura a inafastabilidade da jurisdição, vedando a exclusão da apreciação jurisdicional de ameaça ou lesão a direito.

☐ A arbitragem é expressamente admitida pelo Código de Processo Civil, na forma da lei.

☐ O Estado deverá promover a solução consensual dos conflitos em todos os casos, independentemente das circunstâncias concretas.

☐ A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual dos conflitos deverão ser estimulados pelos sujeitos expressamente indicados no Código de Processo Civil, inclusive durante o curso do processo judicial.

☐ O estímulo aos métodos consensuais de solução de conflitos constitui diretriz compatível com o modelo cooperativo de processo adotado pelo CPC.

A) V, F, V, F, V.

B) V, V, F, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

C) V, V, F, F, V.

D) V, F, F, V, V.

E) F, V, V, F, V.



Questão 23

O Município de Foz do Iguaçu - PR ajuizou ação de cobrança em face de empresa contratada para execução de obra pública. Durante a tramitação do processo, surgiram discussões acerca das regras de competência previstas no Código de Processo Civil, especialmente sobre sua natureza, modificação e critérios de fixação. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 42 a 66 do Código de Processo Civil, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ A competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações posteriores do estado de fato ou de direito, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

☐ A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício pelo juiz.

☐ A incompetência relativa pode ser reconhecida de ofício pelo magistrado sempre que verificar sua ocorrência.

☐ A ação fundada em direito real sobre imóveis deve ser proposta, em regra, no foro de situação da coisa.

☐ Prorroga-se a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

A) V, F, V, F, V.

B) F, V, V, F, V.

C) V, V, F, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

D) V, V, F, F, V.

E) V, F, F, V, V.

Questão 24

Em ação de obrigação de fazer ajuizada em face do Município de Foz do Iguaçu - PR, surgiram diversas discussões processuais relacionadas à capacidade para estar em juízo, à representação processual das partes e aos poderes conferidos aos procuradores. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 70 a 112 do Código de Processo Civil de 2015, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

☐ O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, bem como para praticar ato considerado urgente.

☐ A procuração geral para o foro confere ao advogado poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação e receber valores, independentemente de cláusula específica.

☐ Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz deve suspender o processo e designar prazo razoável para que o vício seja sanado.



☐ O advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, comprovando que comunicou a renúncia ao mandante para que este nomeie sucessor, continuando a representá-lo, quando necessário para evitar-lhe prejuízo, durante os 10 (dez) dias seguintes.

A) V, V, F, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

B) V, F, V, F, V.

C) V, V, F, F, V.

D) F, V, V, F, V.

E) V, F, F, V, V.

Questão 25

Em ação de indenização ajuizada contra o Município de Foz do Iguaçu - PR, a empresa contratada para executar determinada obra pública requereu seu ingresso no processo, alegando que eventual condenação poderia repercutir diretamente em sua esfera jurídica. Durante a instrução processual, discutiram-se as modalidades de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 119 a 138 do CPC, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ O assistente simples atua em auxílio de uma das partes, por possuir interesse jurídico na vitória do assistido.

☐ A denunciação da lide é obrigatória em todas as hipóteses previstas no Código de Processo Civil.

☐ O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

☐ O amicus curiae pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

☐ O chamamento ao processo é admitido para que o réu chame ao processo os demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

A) V, V, F, V, F.

B) V, V, V, F, V.

C) V, F, V, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

D) F, V, V, F, V.

E) V, F, V, F, V.

Questão 26

Durante o cumprimento de sentença promovido pelo Município de Foz do Iguaçu - PR em face de determinada sociedade empresária, constatou-se que a empresa devedora não possuía bens suficientes para satisfazer a obrigação. Diante de indícios de confusão patrimonial entre a pessoa jurídica e seus sócios, o Município requereu a instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 133 a 137 do Código de Processo Civil, analise as assertivas a seguir.



I. Requerida a desconconsideração da personalidade jurídica na petição inicial, o juiz deverá instaurar o incidente, determinar a suspensão do processo e citar o sócio ou a pessoa jurídica para se manifestar.

II. A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo quando o pedido de desconconsideração for formulado na petição inicial.

III. Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

IV. A instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica depende da demonstração prévia e definitiva da responsabilidade patrimonial do sócio.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I, II, III e IV.

B) I, III e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I e IV, apenas.

E) II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 27

Durante a tramitação de ação civil pública ajuizada em face do Município de Foz do Iguaçu - PR, surgiram questionamentos acerca dos deveres do magistrado, das hipóteses de impedimento e suspeição e das atribuições dos auxiliares da Justiça. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 139 a 175 do Código de Processo Civil, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil, incumbindo-lhe assegurar às partes igualdade de tratamento.

☐ É vedado ao juiz determinar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias para assegurar o cumprimento de ordem judicial que tenha por objeto prestação pecuniária.

☐ Há impedimento do juiz quando estiver postulando no processo, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

☐ O escrivão, o chefe de secretaria e o oficial de justiça estão sujeitos aos motivos de impedimento e suspeição previstos para o juiz, no que couber.

☐ Incumbe ao perito cumprir o ofício no prazo que lhe for designado pelo juiz, empregando toda sua diligência.

A) F, V, V, F, V.

B) V, F, V, F, V.

C) V, V, F, V, F.

D) V, F, V, V, V.

GABARITO PRELIM



E) V, V, V, F, V.

Questão 28

Em ação de cobrança ajuizada pelo Município de Foz do Iguaçu - PR, surgiram controvérsias relacionadas à validade da citação, à contagem dos prazos processuais e à utilização dos meios eletrônicos para a prática dos atos processuais. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 236 a 275 do Código de Processo Civil de 2015, que tratam da comunicação dos atos processuais, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial, podendo realizar-se por meio eletrônico, na forma da lei.

☐ A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa.

☐ A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da decisão que a determinar.

☐ O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir dessa data o prazo para apresentação de defesa ou embargos à execução.

☐ A intimação da Fazenda Pública deve ocorrer, em regra, pessoalmente.

A) V, F, V, V, V.

B) V, F, F, V, V.

C)

V, V, V, V, V.

GABARITO PRELIMINAR**D)** V, V, F, V, F.**E)** F, V, V, F, V.**Questão 29**

Em ação de obrigação de fazer ajuizada em face do Município de Foz do Iguaçu - PR, o autor requereu a concessão de tutela provisória para obtenção imediata de medicamento de alto custo. No curso do processo, a Procuradoria Municipal sustentou a ausência dos requisitos legais para a concessão da medida. Durante o julgamento, discutiram-se as hipóteses de cabimento da tutela de urgência e da tutela de evidência previstas no Código de Processo Civil. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 294 a 311 do CPC, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

☐ A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

☐ A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

☐ A tutela de evidência poderá ser concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

☐ A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo por decisão fundamentada.

**A)** V, F, F, V, V.**B)** V, F, V, V, F.**C)** V, V, F, F, V.**D)**

V, V, F, V, V.

GABARITO PRELIMINAR**E)** F, V, V, F, V.**Questão 30**

Em ação ajuizada pelo Município de Foz do Iguaçu - PR visando à cobrança de multa contratual, após a regular distribuição da petição inicial, surgiram diversas situações processuais envolvendo a formação da relação processual, a suspensão do processo e sua eventual extinção. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 312 a 317 do Código de Processo Civil de 2015, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ Considera-se proposta a ação quando a petição inicial é protocolada, produzindo, quanto ao réu, os efeitos da litispendência após a citação válida.

☐ Durante a suspensão do processo é vedada a prática de qualquer ato processual, inclusive aqueles destinados a evitar dano irreparável.

☐ Verificando a existência de vício sanável antes de proferir decisão sem resolução do mérito, o juiz deverá determinar sua correção.

☐ A morte de uma das partes constitui hipótese legal de suspensão do processo.

☐ O processo será suspenso por motivo de paternidade do advogado da parte pelo prazo de 30 dias, ainda que haja outro patrono habilitado nos autos.

A) F, V, V, F, V.

B) V, F, V, F, V.

C) V, V, V, F, V.

D) V, F, V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

E) V, V, F, V, F.

Questão 31

O Município de Foz do Iguaçu - PR ajuizou ação de cobrança em face da empresa Alfa Engenharia Ltda., obtendo sentença de procedência que transitou em julgado. Decorrido o prazo para pagamento voluntário da condenação, a empresa permaneceu inerte, levando o Município a requerer o início da fase de cumprimento de sentença. Durante o procedimento, surgiram discussões acerca das regras previstas no Código de Processo Civil sobre o cumprimento de sentença. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 513 a 538 do CPC, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e, então, assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ O cumprimento da sentença será realizado perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, ressalvadas as hipóteses legais.

☐ O devedor será intimado para cumprir a sentença e efetuar o pagamento da dívida no prazo (quinze) dias.



☐ Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento).

☐ Efetuado o pagamento parcial no prazo legal, a multa e os honorários incidirão apenas sobre o valor remanescente.

☐ Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença.

A) V, F, F, V, V.

B) F, V, V, F, V.

C) V, V, F, V, F.

D) V, F, V, V, F.

E) V, V, V, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 32

O Município de Foz do Iguaçu - PR forneceu equipamentos de informática a determinada empresa contratada para execução de projeto educacional. Após a entrega dos bens, a contratada deixou de efetuar o pagamento de parte do valor devido. Embora não possuísse título executivo, o Município detinha documentos escritos capazes de demonstrar a existência da obrigação. Diante dessa situação, a

Procuradoria Municipal avaliou a possibilidade de ajuizamento de ação monitória. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 700 a 702 do Código de Processo Civil, analise as assertivas a seguir.

I. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível, de bem móvel ou imóvel, bem como o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.

II. A prova oral documentada produzida antecipadamente nos termos da lei pode servir de fundamento para a propositura da ação monitória.

III. Na ação monitória, sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado para pagamento, entrega da coisa ou cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias.

IV. O réu poderá opor embargos à ação monitória independentemente de prévia garantia do juízo.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.

D)
I, II, III e IV.

GABARITO PRELIMINAR

- E) II, III e IV, apenas.



Questão 33

O Município de Foz do Iguaçu - PR promoveu execução fiscal para cobrança de créditos tributários em face de determinada empresa. No curso da execução, foi realizada a penhora de um caminhão que se encontrava na posse da executada. Posteriormente, terceiro apresentou documentação demonstrando ser o legítimo proprietário do bem e requereu sua exclusão da constrição judicial por meio de embargos de terceiro. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 674 a 681 do Código de Processo Civil, analise as assertivas a seguir.

I. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato construtivo poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.

II. Os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou na execução, até 5 (cinco) dias após a adjudicação, alienação por iniciativa particular ou arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

III. Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos de terceiro, o cônjuge ou companheiro quando defende a posse de bens próprios ou de sua meação.

IV. Os embargos de terceiro possuem natureza jurídica de ação autônoma de conhecimento.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.

C) I e II, apenas.

D) I, II, III e IV.

GABARITO PRELIMINAR

E) II e IV, apenas.

Questão 34

O Município de Foz do Iguaçu - PR passou a figurar como réu em centenas de ações judiciais envolvendo a mesma controvérsia jurídica relacionada à cobrança de determinada taxa municipal. Diante da multiplicidade de processos e do risco de decisões conflitantes, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná instaurou Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 976 a 987 do Código de Processo Civil, analise as assertivas a seguir.

I. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas será cabível quando houver, simultaneamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

II. O pedido de instauração do IRDR poderá ser formulado pelo juiz, pelo relator, pelas partes, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

III. Admitido o incidente, o relator poderá determinar a suspensão dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.

IV. Julgado o mérito do incidente, a tese jurídica fixada será aplicada a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal.



Está CORRETO o que se afirma em:

A) II e IV, apenas.

B) I, III e IV, apenas.

C) I, II, III e IV.

GABARITO PRELIMINAR

D) I, II e III, apenas.

E) I e III, apenas.

Questão 35

O Município de Foz do Iguaçu - PR ajuizou ação de reintegração de posse visando recuperar área pública ocupada irregularmente por particulares. Durante a tramitação do processo, surgiram discussões acerca dos requisitos das ações possessórias, da proteção da posse e das medidas liminares cabíveis. Considerando exclusivamente o disposto nos arts. 554 a 568 do Código de Processo Civil, analise as assertivas a seguir.

I. O possuidor tem direito de ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho.

II. Na petição inicial da ação possessória, incumbe ao autor provar sua posse, a turbação ou o esbulho praticado pelo réu, a data da ocorrência e a continuação da posse, embora turbada, ou a perda da posse, conforme o caso.

III. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou reintegração de posse quando a ação for proposta dentro de ano e dia da turbação ou do esbulho.

IV. Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida medida liminar possessória sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, III e IV, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

E)
I, II, III e IV.

GABARITO PRELIMINAR

Direito Tributário e Financeiro

Questão 36

De acordo com o artigo 145 da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria. O referido dispositivo também estabelece diretrizes fundamentais para a graduação e o caráter dos impostos. Considerando as normas constitucionais expressas, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a:

- A) valorização imobiliária global decorrente da execução de obras públicas na região de domicílio do beneficiário.
- B) extensão territorial do município ou do estado onde se localiza o fato gerador da obrigação tributária.

C)
capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

GABARITO PRELIMINAR

- D) quantidade de serviços públicos específicos e divisíveis que foram efetivamente postos à disposição do cidadão.
- E) natureza jurídica do sujeito passivo, aplicando-se alíquotas fixas para pessoas físicas e progressivas para pessoas jurídicas.

Questão 37

De acordo com a Constituição Federal, o Sistema Tributário Nacional deve observar determinados princípios expressamente previstos no texto constitucional. Assinale a alternativa que apresenta apenas princípios que integram esse rol.

- A) Legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.
- B) Economicidade, impessoalidade, continuidade do serviço público, transparência e solidariedade fiscal.
- C) Anterioridade, irretroatividade, livre concorrência, razoabilidade e publicidade.

D)

Simplicidade, transparência, justiça tributária, cooperação e defesa do meio ambiente.

GABARITO PRELIMINAR**E)** Livre concorrência, desenvolvimento econômico, segurança jurídica, eficiência arrecadatória e publicidade.**Questão 38**

A Constituição Federal prevê hipóteses de imunidade tributária destinadas à proteção de direitos e garantias fundamentais. Entre elas, destaca-se a imunidade conferida aos templos de qualquer culto e às entidades religiosas. Com base nesse tema, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A imunidade dos templos de qualquer culto depende de autorização prévia do Poder Público municipal para produzir efeitos tributários.
- B)** A imunidade dos templos de qualquer culto constitui benefício fiscal concedido por lei ordinária e pode ser revogada a qualquer tempo pelo ente tributante.
- C)** A imunidade tributária das entidades religiosas alcança qualquer atividade econômica exercida pela instituição, independentemente de relação com suas finalidades essenciais.
- D)** A imunidade dos templos de qualquer culto alcança exclusivamente os imóveis utilizados para celebrações religiosas, não abrangendo renda ou serviços relacionados às suas finalidades.

E)

A imunidade tributária das entidades religiosas possui como fundamento a garantia da liberdade religiosa e abrange o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às suas finalidades essenciais.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 39**

O Código Tributário Nacional estabelece que o crédito tributário possui natureza jurídica vinculada à obrigação tributária principal. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** O crédito tributário existe apenas após o vencimento do tributo não pago.
- B)** O crédito tributário corresponde apenas às penalidades pecuniárias aplicadas pela Administração Tributária.
- C)** O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem natureza distinta daquela que lhe deu origem.
- D)** O crédito tributário surge exclusivamente após o lançamento regularmente notificado ao contribuinte.

E)

O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 40**

A constituição e a cobrança do crédito tributário envolvem a atuação de diferentes sujeitos da relação jurídico-tributária. Acerca dos sujeitos ativo e passivo do crédito tributário, considere as assertivas a seguir.

I. Compete ao sujeito ativo fiscalizar o cumprimento das obrigações fiscais, aplicar as sanções cabíveis em caso de inadimplência e realizar o lançamento do crédito tributário mediante cálculo do valor devido e notificação do contribuinte para pagamento.

II. Os sujeitos passivos podem ser pessoas físicas ou jurídicas que possuam alguma relação com o fato gerador do tributo, incluindo contribuintes e responsáveis tributários obrigados ao pagamento.

III. O sujeito passivo corresponde ao órgão responsável pela administração tributária, incumbido da arrecadação, fiscalização e cobrança dos tributos devidos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II, apenas.
- B) I, apenas.
- C) I, II e III.

D)
I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

- E) II e III, apenas.

Questão 41

Na ausência de eleição de domicílio tributário pelo contribuinte ou responsável, a legislação estabelece critérios específicos para sua definição, de acordo com a natureza do sujeito passivo. Sobre o assunto, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() Quanto às pessoas naturais, considera-se domicílio tributário a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

() Quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, considera-se domicílio tributário o lugar da sua sede ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.



() Quanto às pessoas naturais, na falta de eleição de domicílio tributário, considera-se obrigatoriamente o local onde o contribuinte nasceu, independentemente de sua residência ou do centro habitual de sua atividade.

- A) F, V, F.

B)
V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

- C) V, F, V.
- D) F, F, V.
- E) V, V, V.

Questão 42

A Lei Orçamentária desempenha papel fundamental no planejamento e na execução das finanças públicas, devendo apresentar de forma organizada as receitas e despesas governamentais, além de observar princípios específicos previstos na legislação. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O orçamento governamental será elaborado com fundamento nos princípios da exclusividade, especialização e livre concorrência.

B)

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

GABARITO PRELIMINAR

- C) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa, observados os princípios da publicidade, moralidade e eficiência.
- D) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa, observados os princípios da especialização, exclusividade e transparência.
- E) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa, observados os princípios da descentralização, regionalização e economicidade.

Questão 43

Nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são definidos, para os efeitos dessa lei, como:

- A) órgãos autônomos de gestão fiscal.
- B) empresas estatais dependentes.

C)

entes da Federação.

GABARITO PRELIMINAR

- D) órgãos da administração direta.
- E) entidades da administração indireta.

**Questão 44**

O Sistema Tributário Nacional é orientado por princípios que buscam fortalecer a relação entre a Administração Tributária e os contribuintes. Entre eles, destaca-se o princípio da transparência. Com base nesse princípio, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O princípio da transparência autoriza a Administração Tributária a divulgar apenas informações relacionadas à arrecadação, excluindo normas e orientações fiscais.
- B) O princípio da transparência estabelece que o acesso às informações tributárias depende exclusivamente do pagamento prévio de taxa administrativa.

C)

O princípio da transparência consagra a necessidade de o Poder Público expor de maneira clara e objetiva informações acerca das normas tributárias.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O princípio da transparência impede a divulgação de informações tributárias aos contribuintes, salvo mediante autorização judicial específica.
- E) O princípio da transparência determina que a Administração Tributária mantenha sigilo absoluto sobre normas e procedimentos tributários, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Questão 45

Acerca do controle da execução orçamentária, analise as assertivas a seguir.

I. O controle da execução orçamentária compreende a verificação da legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.

II. O controle da execução orçamentária compreende a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.

III. O controle da execução orçamentária restringe-se à análise da arrecadação da receita e da realização da despesa, não alcançando o cumprimento do programa de trabalho.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I, II e III.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.

E)
I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 46

Acerca dos princípios da eficiência, da legalidade e da transparência, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

☐ O princípio da eficiência limita-se à análise dos resultados obtidos pela Administração Pública não alcançando os procedimentos adotados para sua obtenção.



☐ O princípio da legalidade exige que toda norma de Direito Financeiro seja editada por lei em sentido estrito, inexistindo exceções previstas no ordenamento jurídico.

☐ Pelo princípio da transparência, os atos do Poder Público referentes às finanças devem ser públicos e de fácil acesso para a população em sua forma ou conteúdo.

- A) V, V, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) F, F, F.

E)
F, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 47

A execução da despesa pública ocorre por meio de estágios que visam garantir o controle e a correta aplicação dos recursos públicos. Acerca desses estágios, analise as assertivas a seguir.

I. O empenho corresponde à etapa em que se verifica se o bem foi entregue corretamente ou se o serviço foi prestado conforme contratado.

II. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

III. O pagamento antecede a liquidação da despesa, permitindo a posterior comprovação da entrega do bem ou da execução do serviço.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) I, II e III.

C) II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

D) I e III, apenas.

E) III, apenas.

Questão 48

Em relação às circunstâncias que modificam o crédito tributário, assinale a alternativa CORRETA.

A) A exclusão da exigibilidade do crédito tributário não afeta a obrigação tributária que lhe deu origem.

GABARITO PRELIMINAR

B) Os privilégios atribuídos ao crédito tributário substituem a obrigação tributária originária.

C) A alteração das garantias do crédito tributário extingue a obrigação tributária correspondente.

D) A modificação da extensão do crédito tributário afeta necessariamente a obrigação tributária que lhe deu origem.

E) Qualquer alteração nos efeitos do crédito tributário modifica a natureza da obrigação tributária.



Questão 49

A Constituição Federal prevê diversas hipóteses de imunidade tributária, entre elas a chamada imunidade recíproca, destinada à proteção da autonomia dos entes federativos. Com base nesse instituto, assinale a alternativa CORRETA.

A) A imunidade recíproca impede que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituem impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.

GABARITO PRELIMINAR

B) A imunidade recíproca aplica-se exclusivamente às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia.

C) A imunidade recíproca restringe-se às relações tributárias existentes entre a União e os Estados, não alcançando os Municípios.

D) A imunidade recíproca alcança apenas os impostos incidentes sobre a renda dos entes federativos.

- E) A imunidade recíproca pode ser afastada por lei complementar quando houver interesse arrecadatório relevante.

Questão 50

De acordo com o Código Tributário Nacional, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

- ☐ A competência tributária pode ser livremente delegada entre pessoas jurídicas de direito público, inclusive para a instituição de tributos não previstos em suas competências constitucionais.
- ☐ O não exercício da competência tributária por uma pessoa jurídica de direito público transfere automaticamente essa competência para outro ente federativo que demonstre interesse em exercê-la.
- ☐ Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

A) F, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

B) V, V, F.

C) V, F, V.

D) F, V, F.

E) F, F, F.

Legislação Municipal

Questão 51



A Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu - PR estabelece hipóteses em que é vedada a atuação do Município. Considerando essas vedações, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

- ☐ É vedado ao Município recusar fé aos documentos públicos.
- ☐ É vedado ao Município criar distinções entre brasileiros ou estabelecer preferências entre si.
- ☐ É vedado ao Município estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, inclusive nos casos de colaboração de interesse público prevista em lei.

A) V, F, V.

B) V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

C) F, F, V.

D) F, V, F.

E) V, V, V.

Questão 52

João, servidor do Município de Foz do Iguaçu - PR, recebeu convite para integrar o conselho de administração de uma empresa que mantém contrato com o Município. Antes de aceitar a função, decidiu verificar se a situação é compatível com as disposições da Lei Orgânica Municipal.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu - PR, assinale a alternativa CORRETA.

- A) João poderá ser diretor ou integrar o conselho da empresa contratada pelo Município, desde que a atividade seja exercida fora do horário de expediente e sem prejuízo de suas atribuições no cargo público.
- B) João poderá integrar o conselho da empresa que mantém contrato com o Município mediante prévia autorização da autoridade competente da Administração Municipal.

- C) João não poderá ser diretor nem integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão do serviço público.

GABARITO PRELIMINAR

- D) João poderá integrar o conselho da empresa contratada pelo Município, desde que a função seja exercida sem remuneração ou qualquer outra vantagem econômica.
- E) João poderá integrar o conselho da empresa contratada pelo Município, desde que não participe das deliberações relacionadas aos contratos firmados com a Administração Municipal.

Questão 53

O Código Tributário do Município de Foz do Iguaçu/PR estabelece os tributos que podem ser instituídos pelo Município. Considerando essas disposições, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.



() Entre os impostos criados pelo Código Tributário Municipal, está o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

() Entre as taxas criadas pelo Código Tributário Municipal, estão aquelas decorrentes do exercício do poder de polícia e da prestação de serviços públicos.

() Entre os impostos criados pelo Código Tributário Municipal, está o imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

- A) V, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, V, V.
- E) F, F, F.

Questão 54

Pedro, servidor público do Município de Foz do Iguaçu - PR, havia sido aposentado por invalidez. Após nova avaliação realizada pelo órgão de gestão previdenciária, foi constatado que não mais

subsistiam os motivos que deram causa à sua aposentadoria.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Foz do Iguaçu - PR, o retorno de Pedro à atividade é denominado:

- A) recondução.
- B) readaptação.
- C) reintegração.

D)
reversão.

GABARITO PRELIMINAR

- E) aproveitamento.

Questão 55

A aprovação do servidor no estágio probatório será declarada por ato do Prefeito Municipal. Caso o servidor NÃO seja aprovado no estágio probatório, o que ocorrerá?

- A) O servidor permanecerá no cargo até completar o período necessário para aquisição da estabilidade, ficando sujeito a nova avaliação de desempenho.
- B) O servidor será transferido para outro cargo de atribuições compatíveis, preservando-se seu vínculo com a Administração Pública.
- C) O servidor será submetido automaticamente a novo estágio probatório, permanecendo em exercício até a conclusão da nova avaliação.



D)
O servidor será exonerado de ofício.

GABARITO PRELIMINAR

- E) O servidor será colocado em disponibilidade remunerada até que a Administração decida sobre seu aproveitamento em outro cargo.

Questão 56

Pedro, pessoa física que exerce atividade, não realizou a eleição de seu domicílio tributário na forma da legislação aplicável. Verificou-se, ainda, que sua residência habitual é incerta. Na ausência de domicílio tributário eleito e sendo incerta a residência habitual de Pedro, de acordo com o Código Tributário Municipal, qual localidade deverá ser considerada seu domicílio tributário?

- A) O local onde o contribuinte mantém sua conta bancária principal.
- B) O endereço da repartição fazendária responsável pela administração do tributo.
- C) O local onde se situarem os bens de maior valor econômico pertencentes ao contribuinte.
- D) O último endereço constante em registros mantidos pela Administração Pública.

E)
O centro habitual de sua atividade.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 57

Gustavo é servidor público titular de cargo efetivo vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social do Município. De acordo com a Lei do Regime Próprio de Previdência Social, ao completar determinada idade, sua aposentadoria ocorrerá de forma compulsória.

Assinale a alternativa que corresponde à idade em que Gustavo será aposentado compulsoriamente.

A) 74 (setenta e quatro) anos de idade.

B) 75 (setenta e cinco) anos de idade.

GABARITO PRELIMINAR

C) 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

D) 62 (sessenta e dois) anos de idade.

E) 72 (setenta e dois) anos de idade.

Questão 58

Acerca dos requisitos básicos para ingresso no Serviço Público Municipal previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Foz do Iguaçu - PR, analise as assertivas a seguir.

I. A quitação com as obrigações militares e eleitorais constitui requisito básico para ingresso no serviço público.

II. O ingresso no serviço público independe de habilitação prévia em concurso público quando o candidato possuir nível superior completo.

III. A idade mínima para ingresso no serviço público é de 21 (vinte e um) anos, independentemente do cargo a ser exercido.

IV. Somente os requisitos expressamente previstos no Estatuto podem ser exigidos para investidura em cargo público, sendo vedada a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) III, apenas.

B) I, II, III e IV.

C) IV, apenas.

D) I, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

E) II, apenas.

Questão 59

Guilherme está se preparando para um concurso público do Município de Foz do Iguaçu/PR e, durante seus estudos sobre o processo legislativo municipal, verificou que determinadas matérias dependem da atuação conjunta do Poder Legislativo e do Poder Executivo para a produção de normas no âmbito municipal. Ao revisar a Lei Orgânica do Município, observou a existência de regra específica acerca da competência legislativa municipal. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.

A)

Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** Cabe aos Secretários Municipais, mediante autorização da Câmara Municipal, legislar sobre as matérias de competência do Município.
- C)** Cabe à Câmara Municipal legislar sobre as matérias de competência do Município, dispensada a sanção do Prefeito em todos os casos.
- D)** Cabe exclusivamente ao Prefeito legislar sobre as matérias de competência do Município, independentemente da participação da Câmara Municipal.
- E)** Cabe ao Poder Judiciário Municipal, com a participação da Câmara Municipal, legislar sobre as matérias de competência do Município.

Questão 60

Assinale a alternativa que preencha **CORRETAMENTE** a lacuna a seguir.

Roberto era servidor público vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Foz do Iguaçu - PR. Após seu falecimento, sua esposa, na condição de dependente habilitada, pretende requerer a pensão por morte para que o benefício seja concedido a contar da data do óbito.

De acordo com a Lei do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Foz do Iguaçu - PR, esse requerimento deverá ser apresentado em até _____ dias depois do óbito.

A)

90 (noventa)

**GABARITO PRELIMINAR**

- B)** 120 (cento e vinte)
- C)** 60 (sessenta)
- D)** 180 (cento e oitenta)
- E)** 30 (trinta)

Questão 61

Carlos, servidor público estável do Município de Foz do Iguaçu/PR, foi demitido após processo administrativo. Anos depois, uma decisão judicial transitada em julgado declarou inválida sua demissão, determinando seu retorno ao cargo anteriormente ocupado. Na ocasião, a vaga estava sendo ocupada por Marcos, também servidor estável.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu - PR, após a reintegração de Carlos ao cargo anteriormente ocupado, qual será a situação funcional de Marcos?

- A)** Marcos será exonerado do serviço público, fazendo jus à indenização correspondente ao período em que exerceu o cargo ocupado por Carlos.
- B)** Marcos será mantido em exercício no cargo atualmente ocupado até a abertura de nova vaga, com direito à indenização pela perda da titularidade do cargo.

C)

Marcos será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

GABARITO PRELIMINAR

- D)** Marcos permanecerá ocupando o cargo, uma vez que a reintegração de Carlos não produz efeitos sobre a situação funcional do atual ocupante da vaga.
- E)** Marcos permanecerá no cargo anteriormente ocupado por Carlos, cabendo a Carlos assumir o cargo de origem anteriormente exercido por Marcos.

Questão 62

De acordo com a Lei do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Foz do Iguaçu - PR (RPPS), analise as assertivas a seguir acerca dos requisitos para aposentadoria voluntária do servidor público detentor de cargo efetivo que tenha ingressado no serviço público municipal após a publicação da Lei Complementar.

- I. A idade mínima para aposentadoria voluntária é de 60 (sessenta) anos para a mulher e 62 (sessenta e dois) anos para o homem.**
- II. Exige-se, para homens e mulheres, o mínimo de 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição.**
- III. Exige-se o mínimo de 15 (quinze) anos de efetivo exercício no serviço público.**
- IV. Exige-se o mínimo de 10 (dez) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.**

Está CORRETO o que se afirma em:

- A)** I, II e III, apenas.
- B)** I, apenas.
- C)** II e IV, apenas.
- D)** I, II, III e IV.

**E)**

II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 63**

Acerca da disponibilidade prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Foz do Iguaçu - PR, analise as assertivas a seguir.

- I. O servidor público estável cujo cargo tenha sido extinto ou declarada a sua desnecessidade, ficará em disponibilidade, com direito aos vencimentos do cargo, até o seu adequado e obrigatório aproveitamento em outro cargo.**
- II. Se um servidor estiver em disponibilidade no seu cargo efetivo, ele estará impedido de ser nomeado para o exercício de cargo em comissão.**
- III. O período relativo à disponibilidade será considerado como de exercício, somente para efeito de aposentadoria e de nova disponibilidade.**

Está CORRETO o que se afirma em:

A)

I e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR**B)** II e III, apenas.**C)** I, apenas.**D)** I, II e III.**E)** I e II, apenas.**Questão 64**

O Código Tributário Municipal estabelece matérias que somente podem ser disciplinadas por lei, bem como regras relacionadas à majoração dos tributos. Com base nessas disposições, analise as assertivas a seguir.

I. Somente por meio de lei pode ser estabelecida a instituição ou a extinção de tributo.

II. A fixação da alíquota do tributo e de sua base de cálculo depende de lei.

III. A modificação da base de cálculo que torne o tributo mais oneroso equipara-se à majoração tributária.

IV. A atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo constitui hipótese de majoração tributária.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) II, III e IV, apenas.**B)**

I, II e III, apenas.

GABARITO PRELIMINAR**C)** I, II, III e IV.**D)** I e II, apenas.**E)** I e IV, apenas.**Questão 65**

Mariana foi aprovada em um concurso público promovido pelo Município de Foz do Iguaçu - PR. Um ano após a homologação do certame, a Administração Municipal decidiu realizar novo concurso para o mesmo cargo. Durante seus estudos, Mariana verificou que a legislação estabelece regras específicas sobre a validade dos concursos públicos e a convocação dos candidatos aprovados.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu - PR, assinale a alternativa CORRETA.

A) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, vedada a prorrogação, assegurando-se prioridade aos candidatos aprovados em concurso anterior.

B)

O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, assegurando-se aos aprovados em concurso anterior, durante o prazo

improrrogável previsto no edital de convocação, prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.

GABARITO PRELIMINAR

- C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável sucessivamente, podendo a Administração convocar novos concursados antes dos candidatos aprovados em concurso ainda válido.
- D) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, sem possibilidade de prorrogação, garantindo-se igualdade de convocação entre aprovados em concursos distintos.
- E) O prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período, sendo facultado à Administração convocar novos concursados antes dos candidatos aprovados em concurso anterior.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

Questão 66

Em relação aos princípios do Direito do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O princípio da primazia da realidade estabelece que os fatos efetivamente ocorridos prevalecem sobre documentos ou registros formais.
- B) O princípio da condição mais benéfica impede qualquer alteração contratual, ainda que mais vantajosa ao empregado.
- C) O princípio da continuidade da relação de emprego gera presunção absoluta de contrato por prazo indeterminado
- D) O princípio da proteção determina que toda dúvida processual seja resolvida em favor do trabalhador.
- E) O princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas permite a renúncia ampla de direitos após a admissão.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 67

Sobre a distinção entre relação de trabalho e relação de emprego, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O trabalhador autônomo mantém vínculo empregatício sempre que houver remuneração.
- B) A prestação de serviços eventual caracteriza relação de emprego.
- C) O estagiário regularmente contratado mantém relação de emprego.
- D) Toda relação de trabalho é necessariamente uma relação de emprego.

- E) Toda relação de emprego é espécie do gênero relação de trabalho.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 68

Assinale a hipótese de interrupção do contrato de trabalho.

- A) Auxílio-doença após o 15º dia.
- B) Greve considerada legal.
- C) Afastamento para prestação de serviço militar.

D) Licença sem remuneração.

E) Férias anuais.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 69

Para a equiparação salarial prevista na CLT, é necessário que:

A) os empregados trabalhem em empresas do mesmo grupo econômico.

B) os empregados exerçam funções idênticas.

GABARITO PRELIMINAR

C) os empregados exerçam atividades semelhantes em municípios diferentes.

D) os empregados possuam a mesma escolaridade.

E) os empregados possuam o mesmo tempo de empresa.

Questão 70

Sobre a prescrição trabalhista, assinale a alternativa CORRETA.

A) O trabalhador pode reclamar créditos dos últimos dez anos.

B) A prescrição bienal aplica-se apenas ao FGTS.

C) A prescrição é de cinco anos, limitada a dois anos após a extinção do contrato.



GABARITO PRELIMINAR

D) Não existe prescrição para verbas trabalhistas.

E) O prazo prescricional é de três anos.

Direito Civil, Empresarial e do Consumidor

Questão 71

A respeito da vigência das leis, nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa CORRETA.

A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após sua publicação.

B) A lei nova revoga automaticamente toda a legislação anterior sobre a mesma matéria.

C) A lei nova não pode revogar lei anterior.

D) Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país 45 dias depois de oficialmente publicada.

GABARITO PRELIMINAR

E) A lei somente produz efeitos após regulamentação administrativa.

Questão 72

Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Apenas sociedades empresárias possuem personalidade jurídica.
- B) A pessoa jurídica responde sempre com o patrimônio pessoal de seus sócios.

C) A existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no registro competente.

GABARITO PRELIMINAR

- D) A personalidade jurídica surge com a elaboração do contrato social.
- E) A pessoa jurídica não possui patrimônio próprio.

Questão 73

Em relação aos requisitos de validade do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Apenas a manifestação de vontade é requisito essencial.

B) São requisitos de validade: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.

GABARITO PRELIMINAR

- C) A forma nunca influencia a validade do negócio jurídico.
- D) O objeto pode ser ilícito desde que as partes concordem
- E) A incapacidade absoluta não afeta a validade do negócio jurídico.

Questão 74



Sobre Prescrição e Decadência, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Prescrição e decadência são institutos idênticos.

B) A decadência extingue o direito potestativo não exercido no prazo legal.

GABARITO PRELIMINAR

- C) A prescrição não admite interrupção.
- D) A prescrição extingue o próprio direito material.
- E) A decadência legal sempre admite renúncia.

Questão 75

A respeito da responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O dano moral não é indenizável.

B) A responsabilidade civil subjetiva exige demonstração de culpa.

GABARITO PRELIMINAR

- C) A responsabilidade civil tem função exclusivamente punitiva.
- D) Todo dano gera automaticamente responsabilidade civil.

- E) A responsabilidade objetiva exige comprovação de dolo.

Direito Urbanístico e Ambiental

Questão 76

Com relação aos princípios que orientam o Direito Urbanístico brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O princípio da gestão democrática da cidade exige a participação popular na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- B) O princípio da supremacia do interesse público impede qualquer forma de participação da iniciativa privada no desenvolvimento urbano.
- C) O princípio da sustentabilidade aplica-se exclusivamente às questões ambientais, não alcançando a política urbana.
- D) O princípio da função social da cidade limita-se aos municípios com mais de 500 mil habitantes.
- E) O princípio da função social da propriedade autoriza o proprietário a utilizar livremente seu imóvel, independentemente dos interesses coletivos.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 77

Nos termos da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, poderá adquirir a propriedade por usucapião especial urbana aquele que:

- A) possuir imóvel rural por cinco anos.
- B) possuir qualquer imóvel urbano por dez anos.
- C) exercer posse sobre imóvel público urbano por cinco anos.



- D) possuir imóvel urbano de até 250 m² por cinco anos ininterruptos e sem oposição, utilizando-o para moradia própria ou familiar, desde que não seja proprietário de outro imóvel.

GABARITO PRELIMINAR

- E) possuir imóvel urbano por três anos.

Questão 78

Segundo a Lei nº 6.766/1979, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O registro imobiliário é facultativo.
- B) O desmembramento exige abertura de novas vias públicas.

- C) O loteamento implica subdivisão de gleba com abertura, modificação ou ampliação de vias públicas.

GABARITO PRELIMINAR

- D) O parcelamento do solo compreende apenas o loteamento.
- E) O parcelamento pode ser realizado, independentemente de aprovação municipal.

Questão 79

O zoneamento urbano tem por finalidade:

- A)** disciplinar o uso e ocupação do solo urbano.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** limitar o crescimento populacional.
- C)** apenas arrecadar tributos municipais.
- D)** regular exclusivamente edificações residenciais.
- E)** substituir o plano diretor.

Questão 80

Sobre a responsabilidade civil ambiental, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** Não alcança pessoas jurídicas.
- B)** Depende de demonstração de dolo.
- C)** Exige condenação criminal prévia.
- D)** É subjetiva e exige comprovação de culpa.

- E)** É objetiva, fundamentada na teoria do risco integral.

GABARITO PRELIMINAR